

## **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> DE 2013.  
(Do Sr. Ademir Camilo)

**Requer a realização de Audiência Pública para discutir a nomeação dos excedentes do último concurso de Analista Tributário da Receita Federal.**

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de **Audiência Pública conjunta com a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e a Comissão de Finanças e Tributação para discutir a nomeação dos excedentes do último concurso de Analista Tributário da Receita Federal**. Para tanto, requeremos que sejam convidados a participar da Audiência Pública, representantes dos órgãos e entidades relacionados abaixo:

- Secretário Executivo Interino do Ministério da Fazenda Sr. Dyogo Henrique de Oliveira;
- Secretária Executiva do Ministério do Planejamento Sra. Eva Maria Cella Dall Chiavon;
- Ministra de Estado chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República Sra. Ideli Salvatti;
- Presidente do Sindireceita Sra. Silvia Felismino Alencar;
- Representante da Comissão dos excedentes do ultimo concurso de Analista Tributário da Receita Federal Sr. Luciano Bezerra Cordeiro.

### **Justificativa**

#### **1. Um pequeno histórico:**

No ano de 2012 foi realizado o concurso público para o preenchimento de 750 vagas destinadas ao cargo de **Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil**, regido pelo Edital ESAF nº 23 de 6 de Julho de 2012<sup>(1)</sup>. Segundo o referido edital, **1486**

**candidatos estão aprovados e aptos a assumir esse cargo**, divididos em 1393 da Área Geral e 93 da Área de Informática.

Fomos selecionados em um rol de quase 90 mil inscritos. Vencemos duas provas objetivas que exigiam um aproveitamento de 40% em cada disciplina e 60% na pontuação geral, além de uma prova discursiva com exigência semelhante. Por isso, estamos plenamente habilitados e prontos para assumir todas as tarefas e responsabilidades que o cargo demanda e acreditamos que a Receita Federal do Brasil possui uma necessidade urgente de servidores a ser suprida em um curto prazo.

Diante do cenário em que se encontra o atual quadro de servidores, mais especificamente quanto ao cargo de Analista Tributário da Receita Federal, o qual detalharemos exaustivamente neste documento, demonstraremos que a chamada de **todos** os aprovados **não** se traduz em um encargo financeiro para a administração pública, mas em um grande avanço para o desenvolvimento nacional na área de **controle fiscal e aduaneiro de fronteiras e aeroportos**, na **área econômica** e na **segurança nacional**.

Tomando como base o **Decreto 6.944/2009<sup>(2)</sup>** que permite ao Ministério do Planejamento (MPOG) autorizar 50% das vagas inicialmente disponibilizadas, além da possibilidade legal de convocação de 100% dos excedentes através de um **Decreto Presidencial**, contamos com o **Apoio Parlamentar**, da **Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)** e do **Ministério do Planejamento (MPOG)** para que esta demanda não fique apenas no papel, mas venha a auxiliar de forma grandiosa no desenvolvimento nacional.

## **2. Situação Atual**

Segundo a Portaria **MPOG Nº 1.992, de 30 de novembro de 2012<sup>(3)</sup>**, o Ministério da Fazenda é o segundo com o maior número de cargos vagos entre todos os ministérios, ficando atrás apenas do Ministério da Saúde. A tabela abaixo, disponibilizada pela RFB, detalha ainda mais este dado estarrecedor: o cargo de Analista Tributário da Receita Federal – ATRFB possui 9.438 cargos vagos ou 39,82%

de todos os cargos vagos no Ministério da Fazenda, o que o torna o segundo cargo com maior número de vagas não preenchidas em todo o quadro de servidores públicos federais.

**Tabela – Cargos Aprovados x Cargos Ocupados**

DADOS DO CARGO	QUANTIDADE DE CARGOS APROVADOS		QUANTIDADE DE CARGOS OCUPADOS		QUANTIDADE DE CARGOS VAGOS		
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	%
ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	16.677	16.677	7.422	7.239	9.255	9.438	56,6%

FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

Em outras palavras, dos **16.677** cargos de ATRFB já aprovados e prontos para serem preenchidos, **apenas 43,4%**, ou pouco mais de 7.000, **estão ocupados**. Com estes dados, foi apurado que, mesmo a realização de concursos anuais, com 1400 aprovados (tomando por base o número de aprovados do último concurso), não seria suficiente para preencher todas as vagas necessárias para fazer frente à demanda da RFB.

Por meio do relatório nº 026.156/2011-3<sup>(4)</sup>, o TCU apontou a não ocupação das vagas autorizadas como a maior causa da escassez de servidores da carreira de Auditoria.

Face aos dados e cálculos efetuados, o estudo apresentou uma planilha que dimensiona os ingressos necessários para a manutenção dos quadros ARFB até o ano de 2014 e a ampliação desse quadro de 2015 a 2020, conforme a tabela abaixo.

**Tabela – Estimativa de vagas necessárias para a SRFB.**

Ano	AFRFB			ATRFB		
	Manutenção	Ampliação	Total	Manutenção	Ampliação	Total
2011	380	624	779*	341	767	1.008*
2012	406	624	1.030	365	767	1.132
2013	426	624	1.050	387	767	1.154
2014	445	624	1.069	408	767	1.175
2015	?	624	No mínimo 624	?		No mínimo 767
2016	?	624	No mínimo 624	?		No mínimo 767
2017	?	624	No mínimo 624	?		No mínimo 767
2018	?	624	No mínimo 624	?		No mínimo 767
2019	?	624	No mínimo 624	?		No mínimo 767
2020	?	624	No mínimo 624	?		No mínimo 767

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil

Essa situação de deficiência pode ser bem ilustrada pela seguinte tabela<sup>(4)</sup>, elaborada pela Coordenação de Gestão de Pessoas da RFB – COGEP, que demonstra, por Regiões Fiscais, a quantidade de unidades que apresentam insuficiência de servidores e o percentual dessa defasagem.

**Tabela – Déficit de servidores nas unidades administrativas da RFB**

Unidade Administrativa	Número de Unidades	Número e percentual de unidades com defasagem de ATRFB superior a 50%	Límite máximo de servidores na Unidade Administrativa (PORTARIA RFB 1.953)	Lotação Real Atual	Percentual de Lotação Real nas Unidades Administrativas
1 <sup>a</sup> RF	12	8 (66,7%)	1.109	514	42,5%
2 <sup>a</sup> RF	14	7 (50,0%)	902	410	45,5%
3 <sup>a</sup> RF	12	5 (41,7%)	616	340	55,2%
4 <sup>a</sup> RF	11	9 (81,8%)	759	345	45,5%
5 <sup>a</sup> RF	9	7 (77,8%)	742	299	40,3%
6 <sup>a</sup> RF	15	10 (66,7%)	1.245	565	45,4%
7 <sup>a</sup> RF	15	13 (86,7%)	1.984	750	37,8%
8 <sup>a</sup> RF	31	26 (83,9%)	5.140	1.841	35,8%
9 <sup>a</sup> RF	17	14 (82,4%)	1.935	826	42,7%
10 <sup>a</sup> RF	15	9 (60,0%)	1.476	686	46,5%
DRU	15	1 (6,7%)	226	160	70,8%
UC	1	0 (0,0%)	765	456	59,6%
<b>TOTAL</b>	<b>167</b>	<b>109</b>	<b>16.999</b>	<b>7.192</b>	<b>42,3%</b>

PONTE SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ainda segundo o TCU, o quantitativo de Auditores Fiscais da Receita Federal (AFRFB) e Analistas Tributários da Receita Federal (ATRFB) lotados nos aeroportos internacionais, especialmente em Guarulhos/SP e Galeão/RJ, é insuficiente. Essa defasagem de servidores da carreira de auditoria da Receita Federal interfere negativamente na segurança e qualidade do controle aduaneiro.

Conforme a tabela abaixo, no aeroporto do Galeão/RJ, desde 2003, enquanto houve uma redução de 29% em relação ao número de servidores, verificou-se um aumento de 89% em relação ao fluxo de passageiros. Em Guarulhos/SP, aeroporto que concentra 62% dos passageiros internacionais, houve uma redução de 9%. Em contrapartida, neste mesmo aeroporto, houve um incremento de 64% no número de passageiros internacionais no mesmo período.

### **3. A distorção entre vacâncias e ingressos no quadro de servidores da Receita Federal**

Dados da Agência Nacional de Aviação Comercial (ANAC)<sup>(5)</sup> informam que o número de passageiros em trânsito internacional cresceu, em média, 11% ao ano, entre o período de 2007 e 2012. Já a corrente de comércio brasileira, no mesmo período, aumentou 65,58%, **segundo relatório da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)**<sup>(6)</sup>. Em contrapartida, conforme tabela abaixo disponibilizada pela RFB, o número de Analistas Tributários, que são habilitados a fiscalizarem os fluxos internacionais de bens e pessoas, sofreu um decréscimo nestes 5 anos.

Como resultado do baixo investimento no quadro de servidores da carreira de auditoria da RFB, houve, nos anos recentes, uma tendência de os ingressos na carreira serem inferiores às vacâncias. Analisando o período de 2007 a 2012, mesmo com o ingresso de quase 800 candidatos aprovados no concurso de 2009, as vacâncias, aposentadorias e demissões superaram os ingressos em 342 servidores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela – Ingressos e Egressos de Analistas-Tributários da RFB**

RELAÇÃO ENTRE INGRESSOS E EGRESSOS NA RFB NOS ÚLTIMOS ANOS					
ATRFB	INGRESSOS	EGRESSOS			SALDO
		APOSENTADORIAS	VACÂNCIAS	DEMISSÕES	
2007	26	32	120	5	-131
2008	0	34	59	2	-95
2009	0	148	45	5	-198
2010	646	165	174	6	301
2011 (ATÉ ABRIL)	100	73	20	0	7
2012	0	180	41	5	-226

Em 2013, houve o ingresso de 705 candidatos aprovados no concurso de 2012. Entretanto, já se somam 330 vacâncias e existe previsão na ordem de 400 até o final do ano. Assim, esse ingresso mal supre os déficits, tampouco é suficiente para atender as demandas do país.

Como consequência deste problema, podemos citar a perda de qualidade no controle aduaneiro tanto nas fronteiras quanto nos aeroportos. Além disso, como ficará evidenciado no próximo tópico, o correspondente aumento de arrecadação, que deveria obrigatoriamente ocorrer devido ao maior fluxo de bens e pessoas, simplesmente não ocorre de forma satisfatória.

Ainda, Nobres Pares, a necessidade, economicidade e razoabilidade da nomeação desses servidores podem ser demonstradas em 8 argumentos que se seguem:

1. Melhora no escoamento de portos, aeroportos e fronteiras secas – O país tem aprimorado cada vez mais a relação comercial com outros países e produções recorde são constatadas a cada ano. Apesar desse cenário positivo, existem diversos problemas de infraestrutura que atrasam o escoamento dessa produção e geram altos custos aos produtores. Recentemente foi definido que os órgãos anuentes deverão atuar durante 24 horas nos portos e aeroportos brasileiros para agilizar o processo de comércio internacional, o que vem ao encontro do que os países desenvolvidos praticam. No caso da Receita Federal, com a falta de servidores neste momento, está sendo feito o deslocamento de servidores fora de suas lotações, de forma temporária,

custosa e insuficiente para que esse programa seja realizado consistentemente. A contratação de novos servidores lotados nessas localizações implicaria em menores custos e maiores poderes de atuação.

2. Organização de grandes eventos prestes a ocorrer – O Brasil, nos próximos anos, passará a ser a vitrine do mundo com a realização da Copa do Mundo, Copa América, Olimpíada e outros eventos. Segundo o Ministério do Turismo, o número de turistas estrangeiros no Brasil deve aumentar de cinco milhões para dez milhões ao ano até 2016. Além disso, somente durante a Copa estima-se que 600 mil turistas desembarcarão em solo nacional. Tais fatos irão demandar uma quantidade de servidores aduaneiros na mesma medida. Os diversos eventos que ocorrerão paralelamente aos grandes eventos ainda demandarão despachos aduaneiros rápidos e eficientes para que toda a estrutura trazida do exterior esteja pronta a tempo durante esses eventos.

3. Aumento de Arrecadação – As atribuições de servidores da carreira de auditoria (Auditores e Analistas-tributários) estão relacionadas à fiscalização e arrecadação de tributos. Um estudo estatístico elaborado pelo TCU, por exemplo, constatou que, hoje, nos aeroportos do Galeão/RJ e Guarulhos/SP, um percentual muito baixo dos passageiros passa pela inspeção devido à falta de pessoal da Receita Federal para fiscalizar um número maior de pessoas. Esse mesmo estudo indicou que para cada agente no controle de bagagem acompanhada do aeroporto do Galeão a arrecadação por mês aumentaria em no mínimo R\$ 140 mil e no máximo R\$ 190 mil.

4. Combate ao tráfico de drogas e armas de fogo – O Brasil possui somente 31 postos de fronteira e cerca de 351 Analistas-Tributários para cobrir a totalidade da extensão fronteiriça de aproximadamente 17 mil km. A insuficiência de servidores para fiscalizar essa área, de proporções continentais, traduz-se na entrada desenfreada e sem controle de drogas e armas de fogo. De acordo com dados levantados pelo Sistema Nacional de Armas (SINARM), cerca de 16 milhões de armas circulam no Brasil. Desse total, estima-se que somente pelas fronteiras do país tenha ingressado algo em torno de 1,2 a 1,6 milhões de armas, responsáveis pelos níveis cada vez mais preocupantes de violência no país.

5. Combate à entrada de produtos fruto de pirataria, contrabando e descaminho – A indústria de produtos pirata movimenta uma economia subterrânea de aproximadamente R\$ 600 bilhões de reais. Aliando-se as mercadorias piratas à entrada de mercadorias contrabandeadas e fruto de descaminho, cria-se uma concorrência

desleal com a indústria nacional que acaba se enfraquecendo, resultando na diminuição de seus investimentos e da contratação de novos funcionários. Conforme o secretário executivo do Ministério da Justiça Luiz Paulo Barreto, o fim da pirataria e da circulação de produtos contrabandeados no Brasil poderia aumentar a arrecadação em 30 bilhões de reais por ano e gerar cerca de dois milhões de empregos formais.

6. Cobertura da defasagem de servidores – No período de 2007 a 2012, a Receita Federal apurou um déficit de 342 Analistas-Tributários no seu quadro de servidores. No presente ano foram aprovados 750 novos Analistas e já existe uma previsão de vacâncias na ordem de 350 a 400 desses Analistas até o final do ano. Mal daria para suprir os déficits anteriores, tampouco é suficiente para acompanhar as mudanças pelas quais o país está passando.

7. Otimização dos gastos públicos desnecessários e tempo gasto para a realização de novos concursos – A realização de novos concursos envolve gasto de dinheiro público, mobilização de servidores para a organização e elaboração de edital e leva certo tempo para ser concluído. O concurso público de 2012 levou praticamente 1 ano desde o momento de sua autorização até o momento da nomeação dos aprovados dentro das vagas disponibilizadas. Algo muito moroso nesse momento que a necessidade por novos servidores é latente.

8. Reconhecimento do mérito dos aprovados – Os aprovados nesse certame foram selecionados dentre um rol de mais de 90 mil inscritos, venceram duas provas objetivas e uma subjetiva, com alto grau de exigência, além da sindicância de vida pregressa, demonstrando que são plenamente habilitados para assumir todas as tarefas e responsabilidades que o cargo exige. Além do mais, esses aprovados estão dispostos e cheios de energia para trabalhar.

O esforço do nosso governo em ofertar serviços de qualidade ao maior número de brasileiros é público e notório, mas para que isso se efetive, é preciso garantir pessoal qualificado para o cumprimento da demanda. Estes profissionais estão prontos e esperando uma oportunidade para servir a nação. A contratação de servidores na área de fiscalização se traduz em arrecadação e geração de receitas, além de combater as injustiças sociais.

De acordo com o art. 11. do Decreto 6.944/2009, "Durante o período de validade do concurso público, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá autorizar, mediante motivação expressa, a nomeação de candidatos aprovados e não

convocados, podendo ultrapassar em até cinquenta por cento o quantitativo original de vagas."

Tendo em vista que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão só pode autorizar a nomeação de **375** aprovados, que representam 50% (cinquenta por certo) das vagas, assim como nomear as **45** desistências ocorridas dentro das vagas, e por todas essas razões expostas acima, solicitamos que assine despacho para nomeação dos outros **316** concursados aprovados para Analista Tributário da Receita Federal fora do número de vagas e imediata abertura de novo concurso para Analista Tributário da Receita Federal.

Sala da Comissão, em de de 2013.

**Deputado Ademir Camilo**  
**PROS/MG**